

# Papel do Senado

JORNAL DE BRASÍLIA AGACIEL DA SILVA MAIA

29 ABR 1996

Nos últimos tempos, o Senado Federal vem ocupando papel de destaque no noticiário, em decorrência da substituição de veículos que servem aos gabinetes dos senadores, e por ter custeado despesas de aquisição de móveis e reformas nas residências funcionais. Tais assuntos fazem parte do escopo do noticiário, que tem por fundamental obrigação suprir incessantemente a sociedade, dos meios que a façam atenta e vigilante às despesas dos órgãos públicos. Afinal, o debate e a livre expressão do pensamento são peças vitais para a oxigenação da democracia.

No entanto, a verdade dos fatos anunciados tem direção diametralmente oposta, e precisa ser reposta à opinião pública.

Em primeiro lugar, deve ser informado o que representa a despesa do Senado Federal no Orçamento Geral da União para 1996, recentemente aprovado pelo Congresso Nacional. Do total de R\$ 313 bilhões do Orçamento, o custo global de funcionamento do Senado representa tão-somente 0,17%, isto é, menos de um quinto de 1%. Somadas as despesas para o funcionamento da Câmara dos Deputados (0,22%) e do Tribunal de Contas da União (0,08%), o percentual de custo total do Poder Legislativo e TCU no Orçamento da União é 0,47%! Menos de meio por cento, portanto, das despesas nacionais. Segundo o senador Nabor Júnior, esse custo "é o mínimo que temos de pagar para ter liberdade, até mesmo liberdade para torcer os fatos contra o mais desarmado dos poderes!"

Posto isso, faz-se mister informar que em nenhum parlamento do mundo é sonogado aos seus membros o direito de possuírem condições adequadas de moradia e funcionalidade. Numa propositada versão, deu-se ênfase, com exagero, ao direito dos senadores de se locomoverem em veículos dignos de seu trabalho, de ocuparem residências funcionais em bom estado de conservação, de trabalharem em gabinetes operacionais. Preferiu-se a crítica no varejo, sem uma análise mais acurada dos acontecimentos, que revelariam, por exemplo, que os veículos que serviam aos parlamentares, a maioria com mais de 10 anos de utilização, já provocavam situações até vexatórias, como alguns senadores da República serem obrigados a empurrar - literalmente, afirmou-se - um automóvel de serviço que lhes atendia, em plena

via pública, por causa de defeitos mecânicos insolúveis, frutos do desgaste ocasionado pelo tempo de uso.

Tanto melhor seria se o noticiário destacasse sobre o quanto tem sido feito pela atual Mesa Diretora para aprimorar a instituição, dar-lhe novos rumos, enxugar-lhe as despesas e, acima de tudo, resgatar perante a opinião pública a sua credibilidade.

Não é demais lembrar que, no processo de enxugamento, o Senado reduziu suas despesas em mais de R\$40 milhões, do exercício de 95 para o de 96, cortando na própria carne tudo o que pareceu excesso em sua estrutura organizacional.

Há que se valorizar o Senado Federal como uma das forças mais eficazes para o desenvolvimento nacional, enquadrando-se como uma das forças mais eficazes de mobilização, viabilizando aprovações cruciais a uma maior competitividade do Brasil no mercado internacional. Credite-se ao Senado, durante o ano de 1005, a flexibilização dos monopólios dos serviços locais de gás canalizado, da navegação de cabotagem, do petróleo e das telecomunicações. A redefinição do conceito de empresa nacional, permitindo substancial aumento no nível de emprego, é outra das vitórias importantes a serem creditadas à instituição.

Quanto ao seu funcionamento como máquina legislativa, destaque-se que o Senado Federal, desde o início da atual legislatura, por sinal coincidente com o período do mandato presidencial, sob o firme comando do senador José Sarney, opera com uma pauta de trabalhos legislativos limpa e desobstruída. Não existem matérias acumuladas, ou por votar, em qualquer das comissões, ou mesmo no plenário da Casa. Na Sessão Legislativa Ordinária de 1995, o Senado votou 652 matérias, incluídas 373 emendas constitucionais, leis, decretos legislativos e resoluções, garantindo o pleno funcionamento durante todo aquele período.

Destaque-se, ainda, que nada mais se vota no Senado sem conhecimento prévio dos seus membros, com pelo menos um mês de antecedência, graças à implantação da agenda mensal das matérias a serem submetidas ao plenário, fato inovador e que rende uma agilidade até então nunca vista na Câmara Alta do parlamento. Note-se ainda que o Diário do Senado já circula diariamente publicando a tempo e hora tudo o que

ocorre no processo legislativo do dia anterior.

É necessário reconhecer, também, o salto qualitativo na imagem pública da Casa, graças à existência da TV Senado, único meio de comunicação aberta de parlamentares, em toda a América Latina, que veio aprofundar a transparência dos trabalhos legislativos, numa iniciativa há muito reclamada pelo parlamento brasileiro. É preciso que se fale sobre as profundas reformas estruturais por que passa o Senado, visando a sua modernização organizacional e administrativa, meta intransigente dos que dirigem a Casa desde o início do ano passado, e cujos resultados já se fazem sentir com a adoção de um considerável elenco de medidas propostas pelo Grupo de Modernização, criado com esse precípuo objetivo.

Em nenhum momento o presidente da Casa, senador José Sarney, tem se afastado das palavras que proferiu no ato da sua posse, quando enfatizou que seria "severo e inflexível, no âmbito de suas novas atribuições, contra abusos, distorções e qualquer forma de comprometimento das funções legislativas".

O parlamento deve ser visto pelo que ele representa para a manutenção do regime democrático, obtido a duras penas depois do recente obscurantismo vivido pelo nosso País.

No momento em que se projeta para a opinião pública detalhes de menor importância, os sempre presentes e atuantes conspiradores de plantão regozijam-se até não mais querer, pois, como bem citou o senador Bernardo Cabral, em recente pronunciamento da tribuna do Senado, "toda a sociedade pagará um preço alto pelo enfraquecimento do Congresso".

Tem causado surpreendente curiosidade - e cabe observar - o texto de um cartaz que tem circulado em várias cidades brasileiras, que diz o seguinte: "Todas as vezes que a sociedade deu ouvidos a quem atacava os políticos, a conta ficou mais alta do que os salários dos parlamentares: Brasil, corrija no voto".

O objetivo fundamental, pois, é o fortalecimento cada vez maior e mais sólido desta histórica e respeitável Casa do Congresso Nacional, compromisso inadiável assumido por todos os que a integram.

■ Agaciel da Silva Maia é diretor-geral do Senado Federal